



TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A Secretaria Municipal de Educação de Maria da Fé/MG identificou a necessidade de realizar a aquisição de bens destinados ao fortalecimento da infraestrutura das unidades da Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de aprimorar as práticas pedagógicas, assegurar a adequada organização dos recursos disponíveis e oferecer melhores condições de trabalho às equipes escolares.

Os itens a serem adquiridos são essenciais para garantir a utilização segura, eficiente e organizada dos recursos empregados nas atividades educacionais, contribuindo para a padronização das rotinas internas, preservação do patrimônio público, redução de riscos operacionais e melhoria da gestão dos bens institucionais. A disponibilização de recursos adequados permitirá maior agilidade nos processos, melhor controle de uso e maior segurança no manuseio dos equipamentos utilizados no ambiente escolar.

A aquisição possibilitará a ampliação do uso de recursos pedagógicos contemporâneos, favorecendo metodologias inovadoras, inclusão digital, acesso a conteúdos educacionais e o desenvolvimento de competências alinhadas às diretrizes educacionais vigentes, assegurando melhores condições para o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, os bens contribuirão para a organização das rotinas internas das unidades escolares, promovendo condições estruturais adequadas às equipes de trabalho e garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.

A contratação observa o princípio do planejamento previsto no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como a exigência de descrição clara, objetiva e precisa do objeto, conforme disposto no art. 41 da referida lei. Fundamenta-se, ainda, nos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Dessa forma, a aquisição mostra-se indispensável para assegurar o pleno funcionamento das unidades escolares, promovendo organização, segurança, inovação pedagógica e melhores condições de trabalho, garantindo atendimento educacional de qualidade aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Maria da Fé/MG.



2. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de bens destinados ao fortalecimento da infraestrutura das unidades da Rede Municipal de Educação de Maria da Fé/MG, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento das atividades educacionais, administrativas e pedagógicas, assegurando melhores condições de organização, funcionamento e utilização dos recursos institucionais no ambiente escolar.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

A seguir, os itens que compõem o objeto deste Termo de Referência:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO |
|--------------------------------|--|
| Gabinete Carregamento Notebook | Gabinete de Recarga Para 30 Notebooks Dimensões externas: 819 mm X 839 mm X 562 mm (Largura x Altura x Profundidade) Capacidade de Armazenamento: 30 Notebooks até 15,6"; Ventiladores internos; Fabricados em chapa de aço carbono e pintura pó eletrostática; Bandejas internas para acomodação dos equipamentos; Rodízios especiais de baixo ruído com freio; Dispositivo para proteção do usuário contra choques elétricos, curto-circuitos, e sobrecargas; Distribuição de energia para todos os equipamentos; Forração externa antiderrapante no teto; Pré disposição para instalação de acess point; Fechaduras reforçadas. |
| Notebook | Notebook Positivo Duo 2 em 1 Intel Celeron C4128B-3 4GB 128GB 11,6" IPS HD Windows 11. |

4. DA LICITAÇÃO:

4.1 Recomenda-se a utilização da **Dispensa Eletrônica**, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e da Portaria SEGES/ME nº 10.966/2022, considerando-se que o valor estimado para a contratação se enquadra nos limites legais para a adoção da referida modalidade.

4.2 O critério de julgamento será o de menor preço por item, observadas as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3 Os preços médios obtidos pela Administração, por meio de pesquisa de preços realizada conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e orientações complementares, serão adotados como preço estimado para esta Dispensa Eletrônica.

4.4 Poderão participar desta Dispensa Eletrônica as empresas que:

- Desenvolvam atividades pertinentes e compatíveis com o objeto descrito neste Termo de Referência;



- Atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no aviso de contratação direta e em seus anexos, incluindo a apresentação da documentação necessária para fins de habilitação, conforme legislação aplicável.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Uma vez que a contratação, pautada não portunidade e conveniência da Administração, a fonte pagadora a ser usada será o VAAT.

6. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- Entrega nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação.
- Produtos novos, dentro da embalagem original.
- Garantia mínima de 12 meses.
- A entrega deverá ser acompanhada de notas fiscais e termos de garantia.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1 Recebimento Provisório

Conferência de:

- quantidade,
- integridade do material,
- conformidade com as especificações.

7.2 Recebimento Definitivo

Após verificação do funcionamento adequado e do cumprimento integral das condições de entrega.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Entregar todos os itens dentro do prazo estabelecido
- Garantir assistência técnica durante o período de garantia
- Substituir itens defeituosos sem ônus adicional

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Fiscalizar a entrega
- Providenciar local de recebimento



- Atuar conforme art. 117 da Lei nº 14.133/21 sobre fiscalização contratual

10. DA VIGÊNCIA:

Este Termo de Referência rege os procedimentos preparatórios da contratação e permanecerá válido até a conclusão do objeto contratado.

11. DO LOCAL:

Salvo ajuste específico entre as partes, a entrega deverá ser realizada dentro do horário de funcionamento administrativo da CONTRATANTE, de 8h às 17h, em dias úteis.

12. DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

12.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue à unidade destinatária, atestada pelo fiscal e encaminhada ao setor competente.

12.3. A Nota Fiscal deverá discriminar os itens contratados, valores unitários, quantitativos e demais elementos constantes da proposta vencedora.

12.4. O pagamento será realizado por transferência bancária.

12.5. Havendo irregularidade nos documentos, a Nota Fiscal será devolvida, permanecendo suspenso o pagamento até regularização.

12.6. O prazo de 30 (trinta) dias inicia-se após regularização, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

12.7. A CONTRATANTE poderá suspender o pagamento caso o objeto entregue esteja em desacordo com as especificações.

12.8. A Nota Fiscal deverá conter dados bancários completos.

12.9. A Nota Fiscal deverá mencionar a modalidade e número da licitação, ARP (se houver) e/ou contrato.

12.10. O pagamento ficará condicionado à apresentação mínima dos seguintes documentos:

- Nota Fiscal/Fatura
- Recibo
- Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal
- Certidão Negativa Municipal (se aplicável)



- Certidão de Regularidade do FGTS
- Certidão Negativa da Justiça do Trabalho
- Demais documentos legais

- 12.11. Multas e penalidades poderão ser descontadas de créditos devidos à CONTRATADA.
- 12.12. Se o valor da multa superar o crédito, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente.
- 12.13. Nenhum pagamento será realizado enquanto houver pendência financeira decorrente de penalidade ou inadimplência.
- 12.14. É vedado o pagamento antecipado, em qualquer hipótese.
- 12.15. O pagamento não implica aceitação definitiva do objeto.
- 12.16. Todo pagamento será feito exclusivamente à CONTRATADA.

13. DAS SANÇÕES:

- 13.1 Pelo inadimplemento, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2. As sanções poderão ser aplicadas de forma cumulativa, inclusive advertência, multa e impedimento para licitar e contratar.
- 13.3. A multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual.
- 13.4. A CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal quando houver impossibilidade de cumprimento por motivo superveniente e imprevisível.
- 13.5. Multas e prejuízos serão descontados dos pagamentos devidos.
- 13.6. Não havendo créditos, a CONTRATADA deverá pagar o valor devido em 5 (cinco) dias úteis.
- 13.7. A aplicação das penalidades observará contraditório e ampla defesa.
- 13.8. A aplicação de multa não impede a rescisão unilateral do contrato.
- 13.9. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Este Termo de Referência integra o Edital, o Contrato Administrativo e demais anexos, vinculando a CONTRATADA ao cumprimento integral de suas disposições.

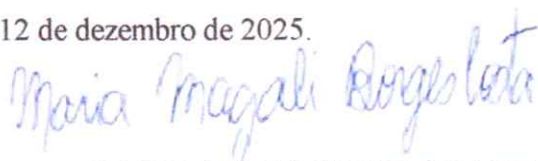


Maria da Fé, 12 de dezembro de 2025.

MARIA MAGALI BORGES COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO



Maria da Fé, 12 de dezembro de 2025.



MARIA MAGALI BORGES COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO